

PARTIDOS POLÍTICOS, IDEOLOGIAS E POLÍTICA EXTERNA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS EM 2014.

Matheus Lucas Hebling | matheushebling@gmail.com

Flávio Contrera | flavio.contrera@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Política Comparada

“Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.”

PARTIDOS POLÍTICOS, IDEOLOGIAS E POLÍTICA EXTERNA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS BRASILEIRAS EM 2014.

RESUMO: Partindo do pressuposto de que a política externa não é feita por um ator unitário, mas por diferentes atores que podem divergir quanto à direção que deve ser tomada pelo país no cenário internacional e da compreensão de que os partidos políticos são os mais importantes canalizadores de opiniões e mecanismos de representação de interesses em uma democracia, podendo influenciar a política externa, este trabalho teve por objetivo identificar os posicionamentos dos partidos brasileiros que disputaram as eleições presidenciais de 2014 em questões de política externa em termos de orientações ideológicas e do papel do Brasil no mundo, verificando as temáticas mais abordadas, o número de propostas e análises de conjuntura emitidas, bem como o direcionamento, se positivo, negativo ou neutro de suas posições. Para tanto, realizamos um estudo qualitativo empregando técnicas de análise de conteúdo e de análise de manifestos partidários. Nossos resultados demonstraram que há muita similaridade entre nossos resultados e a forma como os partidos são geralmente classificados pela literatura quando esta analisa suas políticas em geral. Ademais, vimos que os partidos geralmente classificados como pertencentes a extrema-esquerda foram os únicos a se posicionarem na direção de uma atuação minimalista do Brasil no exterior, enquanto os partidos que defenderam uma política externa protagonista se localizam ao longo de quase todo o espectro ideológico.

Palavras-Chave: Partidos Políticos, Ideologia, Política Externa, Brasil, Eleições 2014.

INTRODUÇÃO

Apesar de não constituir um elemento decisivo para a escolha do eleitor no Brasil, os posicionamentos dos partidos políticos a respeito das questões de política externa estão presentes nos programas de governo dos candidatos à presidência da República e cada vez mais esta temática tem ganhado um espaço importante no debate presidencial (ALMEIDA, 2006). Todavia, ainda há pouco esclarecimento em relação aos posicionamentos que os partidos brasileiros sustentam nesta esfera, tendo em vista o desenvolvimento recente desta área de estudo. No final dos anos setenta, Merle (1978, p.80) afirmou haver uma “conspiração do silêncio” entre estudiosos de partidos políticos e política externa, devido ao fato de o tema situar-se na interseção de duas disciplinas “que trabalham separadamente e que raramente se comunicam entre si”. Na literatura nacional, Almeida (1986) foi pioneiro em artigo que se propunha a iniciar uma discussão sobre o espaço e o papel da política externa nos programas e nas atividades dos partidos políticos brasileiros. Mais recentemente, Oliveira e Onuki (2010), propuseram-se a demonstrar como evoluiu a posição dos partidos brasileiros em política externa e em analisar a crescente polarização política desta área. Para os autores, os partidos são atores relevantes na política externa por sua influência direta sobre a tomada de decisão no Executivo e, por sua influência indireta, por meio do legislativo, através da dinâmica de pesos e contrapesos no processo de formulação e implementação de políticas.

Com efeito, a política externa acontece em um complexo ambiente que envolve os âmbitos doméstico e internacional. Por muitas vezes ela resulta do trabalho de coalizões de atores e grupos nacionais e internacionais e suas matérias estão frequentemente ligadas, refletindo a força de vários partidos e suas preocupações específicas. Dessa maneira, o material da política externa decorre de questões domésticas, bem como das relações externas de um país, exigindo uma análise muitas vezes multinível e multifacetada, a fim de confrontar as complicadas origens e natureza da mesma.

No nível nacional, os grupos domésticos pressionam o governo para adotar políticas a seu favor, enquanto políticos procuram poder construindo coalizões entre os constituintes. Entende-se como grupos domésticos os partidos políticos, a mídia, a opinião pública e grupos de interesse, que por muitas vezes podem estar ligados entre si (MINGST, 1995). Entre estes grupos, os partidos políticos são os mais importantes canalizadores de opiniões e mecanismos de representação de interesses em uma democracia. Tendo em vista que a política externa não é feita por um ator unitário, mas por diferentes atores, entre os quais os partidos, que podem divergir quanto à direção que deve ser tomada pelo país no cenário internacional, este trabalho teve por objetivo identificar os posicionamentos dos partidos brasileiros que disputaram as eleições presidenciais de 2014 em questões de política externa em termos de orientações ideológicas e do papel do Brasil no exterior, verificando as temáticas que mais abordaram, o número de propostas e análises de conjuntura que emitiram, bem como o direcionamento, se positivo, negativo ou neutro de suas posições. Antes de entrar propriamente nessa discussão, retomamos nas próximas seções as discussões em torno da responsabilidade dos partidos em mediar as relações entre o Estado e o povo e as possibilidades de suas atuações na política externa.

PARTIDOS POLÍTICOS E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

De acordo com Eldersveld (1982), dentro da sociedade contemporânea muitas são as ligações existentes entre o governo e o povo, representadas em estruturas organizativas intermediárias que promovem ações positivas e decisões efetivas em face à fragmentação, conflito e envolvimento de massa. É o partido político que representa (se não a maior) uma das maiores ligações, uma vez que permite a interação e coesão entre legisladores, o Poder Executivo e a relação entre eles; baseia a cooperação entre instituições nacionais, internacionais e locais; uma arena na qual diferentes interesses podem ser ouvidos e canalizados em uma estrutura de poder, que cria coalizões para objetivos específicos e, por fim, um canal para ligar cidadãos, funcionários do governo e líderes organizacionais. Os partidos são, portanto, grupos que mediam, articulam e resolvem conflitos, podendo ser ideológicos, personalistas ou pragmáticos. Essa mesma ideia é compartilhada por Lipset (1993, p.47):

Political parties themselves should be viewed as mediating institutions between the citizenry and the state. A crucial condition for a stable democracy is the presence of major parties with large and virtually permanent bases of support among voters.

Para Aldrich (2011), um partido político é uma instituição endógena moldada por atores políticos (para candidatos e funcionários públicos) e é o principal instrumento que ajuda os políticos atingirem seus objetivos, entendidos como uma carreira longa e bem-sucedida em cargos políticos, a realização de fins políticos e poder e prestígio dentro do governo. Essa forma de ajuda depende de três variáveis: a organização política (eleitorado), a definição institucional (a forma de governo) e o contexto histórico (ideias, valores, condições tecnológicas e também seu desenvolvimento - *path dependency*). As duas primeiras variáveis criam ação coletiva e problemas de escolha coletiva e o contexto histórico determina se as partes são o meio mais eficiente de resolver esses dois problemas. Os partidos, logo, são agregadores de interesse e buscam apelar à maioria do público e devem possuir quatro características para serem entendidos como um bom partido: assumir compromissos políticos para eleitorado; realizá-los no governo; quando fora do governo, possuir alternativas às políticas atuais; ser suficientemente diferentes para oferecerem aos

eleitores uma escolha real. Por consequência, Aldrich concorda com Eldersveld (1982) ao acreditar que o papel dos partidos seja justamente lidar e resolver problemas que os desenhos institucionais atuais não conseguem e que políticos acreditam que não conseguem.

Dessa maneira, os partidos políticos são responsáveis por representar diferentes preferências na arena eleitoral¹, fazendo isso através da publicação de manifestos e programas, que refletem a imagem que o partido possui de si mesmo. De acordo com Robertson (1976) e Budge e Farlie (1983), a teoria da saliência postula que os partidos políticos não fornecem respostas diferentes para uma determinada agenda de problemas políticos, mas tornam mais salientes as questões que são vantajosas para si próprios. Budge (2001) argumenta que estrategistas de partidos veem os eleitores como favorecendo uma alternativa na maioria dos problemas, defendendo que a maioria dos programas podem contar com propostas iguais ou extremamente similares. Além disso, a teoria da saliência (e o comportamento eleitoral em geral) também se baseia no conceito de “*issue ownership*”, entendido aqui através da ideia de que certos partidos são percebidos pelos eleitores como sendo mais competentes do que seus adversários em uma área política específica (BUDGE, 1982). Portanto, partidos políticos tendem a priorizar certas questões durante as eleições, ao passo que suas atitudes políticas podem mudar lentamente (PETROCIK, 1996). Tais problemas vêm à tona por motivos que escapam do controle dos partidos.

A teoria da saliência, portanto, conclui que é racional para os partidos enfatizarem apenas os problemas em seu *portfólio* ideológico em situações que (1) a posição do partido está associada às preferências da maioria e/ou em situações em que (2) o eleitorado acredita que o partido tem maior competência do que o dos seus concorrentes para lidar com determinado assunto. Estes dois critérios determinam a atratividade de questões para um partido. Consequentemente, pode-se inferir que os partidos enfatizam ou minimizam questões específicas não por acaso, mas de uma forma previsível.

PARTIDOS POLÍTICOS E POLÍTICA EXTERNA

A política externa é feita e conduzida em um complexo ambiente que perpassa os limites domésticos, chegando ao ambiente internacional, normalmente envolvendo diferentes atores na sua formulação, como governos, empresas, grupos de interesse, em um jogo político que envolve barganha e compromisso. Nesse cenário, a abertura de mercados, a globalização e o avanço das comunicações operam erodindo a soberania nacional e permitindo que fronteiras domésticas e internacionais se tornem toldadas. De acordo com Putnam (1988), a relação entre o sistema internacional e o nível governamental se relacionarão em jogos políticos de dois níveis, nos quais tanto o interesse interno deve ser maximizado e consequências externas, reduzidas no nível internacional (nível I), como pressões de diferentes grupos de interesse são acossadas no nível doméstico (nível II). Milner (1997) argumenta de maneira similar, ao defender que existe uma ligação direta entre atores domésticos e externos, em um cenário denominado poliárquico, dada a divisão do poder e autoridade do processo decisório entre diferentes atores. Além disso, Rogoswki (1999) enfatiza a importância do desenho institucional e possíveis constrangimentos que possam

¹ Lowi (1964) propõe três tipos de arenas decisórias segundo o grau de divisibilidade nos objetos das decisões, diferindo na forma de controle e atuação dos interessados: 1) Distributiva, na qual transacionam interesses divisíveis. Há afastamento dos partidos em formulação, porém é grande a participação quando na aplicação das mesmas. 2) Regulatória, onde há possibilidade de desagregação, como concessão de serviços públicos, normas sanitárias, etc. 3) Redistributiva, na qual as decisões são agregadas; categorias sociais socioeconômicas, como distribuição de renda e propriedade, como reforma agrária, política salarial e tributária. Aqui, as coalizões são estáveis e diferenciadas socioeconomicamente.

ocorrer no processo decisório de uma política externa, como o direito ao voto de diferentes grupos domésticos, a representação/modo de seleção dos votantes e as regras decisórias como um todo. Contudo, qual o papel de um partido político na formulação de política externa? Aldrich et. al. (2006) sugere que uma vez que o público possui diferentes atitudes e credos para com uma política, os mesmos refletirão tais atitudes em um contexto eleitoral. Tal conexão é majoritariamente fruto da percepção de eleitores sobre problemas mundiais e como eles poderiam afetar o país. Quanto mais ou mais forte for o evento, mais a política externa se torna relevante para o voto em determinado partido. Por evento, entende-se basicamente ameaças externas ou operações militares. Assim, cria-se um relacionamento causal indireto, ao ligar o eleitor ao partido político e este com a política externa.

Desse modo, candidatos de diferentes partidos devem oferecer alternativas coerentes e distintas sobre como lidar com a política externa de seu país, especialmente ao vermos que a política econômica pode se tornar central no seu debate, como pela liberalização do comércio entre países. A ligação entre política externa e economia vai além da conexão eleitoral, pois divide características centrais a atores políticos, como a facilidade de se fazer avaliações retrospectivas, resultados facilmente avaliados, grande incerteza em vincular a forma como a política conecta-se aos resultados. Por muitas vezes, tal afinidade se explica pela influência da ideologia partidária sobre interesses econômicos (ONUKI et al, 2009).

De acordo com Winslett (2012), a competição partidária tem um grande impacto na política externa, uma vez que para governar diferentes partidos em regimes democráticos, o partido da oposição se torna a maior ameaça à permanência no poder do partido dominante, sendo altamente improvável um golpe ou revolta violenta para se alcançar o poder. Assim, se um problema de política externa ameaça o partido governante com uma possível derrota, então toda a agenda desse coloca-se em risco.

A presença de dois fatores políticos também interfere nas alterações feitas a uma política externa, sendo eles a oposição de um partido político² e a oposição pública³, especialmente presentes quando envolvem grandes poderes políticos, política econômica externa e diplomacia. Isto posto, Hagan (1993) destaca a os efeitos sobre a política externa da oposição partido político são função de dois atributos: (1) a sua força, e (2) a intensidade de oposição. A força da oposição de um partido é baseada em seu número de cadeiras no Legislativo. Assim, a força dos partidos de oposição pode ser analisada na base de comparação entre o número de cadeiras controladas pelo partido do governo (ou partidos presentes na coalizão governista) e o total combinado controlada pela a oposição, podendo também ser observada pela coesão⁴ da oposição. A intensidade, por outro lado, refere-se à rigidez com a qual um (ou mais) partido (s) se opõe ao governo⁵. Essa oposição de partidos pode funcionar como um portador (incentivador) ou barreira (manutenção do *status quo*) para a mudança (KLEISTRA e MAYER, 2001).

O desenho institucional de determinado sistema político controla como um partido pode conduzir uma política externa. Ao estudar o sistema americano, Wildavski (1966) defende que o desenho institucional norte-americano influencia diretamente quais assuntos são prioridades do

² O conflito pode representar um feedback positivo (PIERSON, 2004) ou um mecanismo da reprodução (THELEN, 1999) que perpetua alinhamentos entre partidos e eleitores.

³ Ver Holsti (1992), Risse-Kappen (1991).

⁴ A própria formação dos partidos resulta na existência de um partido coeso ou não. Eldersveld (1982) aponta alguns determinantes na formação de um partido, como os padrões iniciais de conflito, condições em que o sufrágio fora estendido, constituição política e particularidades do sistema eleitoral, assim como socialização cidadã e responsividade partidária aos problemas sociais.

⁵ Ver também Hagan (1995).

Presidente do Executivo e quais são de responsabilidade do Congresso. Essa tese, chamada de *two-presidency thesis*, postula que os chefes do Executivo possuem o monopólio nas matérias de política externa, enquanto o Congresso teria uma maior prerrogativa em matérias de política doméstica. Canes-Wrone (2008), ao revisar essa proposição, argumenta que a política externa é limitada ao Congresso a uma verificação/ratificação das leis assinadas pelo presidente em caráter *ex-post*. Basicamente, o que acontece é delegação do controle da política externa por parte do Poder Legislativo ao Poder Executivo. No Brasil, Lima e Santos (2001) defendem o argumento de que o Presidente do Executivo age como o iniciador de matérias externas, enquanto o Poder Legislativo funciona como agente ratificador das mesmas, graças ao desinteresse dos parlamentares, que não veriam possíveis frutos em eleições. O argumento não é aceito completamente. Diniz (2009) mostra que o Poder Legislativo não é um órgão passivo diante de proposições de política externa, uma vez que existe um padrão de deliberação de acordos internacionais, resultado da articulação entre o governo e a sua base de apoio.

Para Martin (2000), a influência legislativa (partidos e legisladores) sobre a política internacional do Estado é, ao mesmo tempo, profunda e sutil; e sua participação na política internacional explica o sucesso que Estados democráticos tiveram em ganhar guerras e cooperar, uma vez que o envolvimento das legislaturas aumenta a credibilidade da posição dos Estados, que por sua vez aumenta a confiança entre os mesmos. É somente quando os executivos tentam marginalizar legislaturas que problemas de política externa podem surgir. A autora enfatiza que o Legislativo pode passar autoridade sobre política internacional para o executivo, mantendo o controle final sobre o processo, através das opções para retirar autoridade ou recusar-se a ratificar qualquer resultado o executivo possa alcançar. O legislador pode exercer uma influência sutil sobre as ações do poder executivo, por métodos como atraso, obstrução e retenção de fundos. O Executivo vai estar atento a tais táticas e modificar seu comportamento em conformidade.

Nosso argumento a partir desse contexto é de que o Presidente deve ser entendido como um representante do partido no poder e, portanto, de alguém que levara a ideologia do seu partido não apenas para fatores econômicos, como também para a condução da política externa, graças ao poder de nomeação de ministérios, que inclui o ministério das relações exteriores. Dessa maneira, é possível verificar que os partidos reproduzem a clivagem ideológica doméstica nos seus posicionamentos em temáticas de política externa.

POLÍTICA EXTERNA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2014

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2014, onze partidos políticos registraram candidatura para concorrer ao cargo. São eles: PT, PSDB, PSB, PSC, PSOL, PV, PSTU, PSDC, PCO, PCB e PRTB. Para identificar os posicionamentos destes partidos em questões de política externa coletamos, no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na web, através da ferramenta conhecida como *DivulgaCand*, os programas de governo dos candidatos que concorreram à presidência da República em 2014. Estes materiais foram submetidos à uma análise qualitativa e categórica de seus conteúdos. De acordo com Bardin (2002, p.35), a Análise de Conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, o qual adota normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples do texto.

O procedimento adotado para o tratamento dos dados foi o da “análise temática ou categorial”, baseada em operações de desmembramento do texto em unidades, para descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituíram a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição significavam alguma coisa para o objeto. Pressupôs-se, assim, que um texto contém

sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto. Segundo Chizzotti (2006), os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem. Neste trabalho, definimos como unidade de registro desses fragmentos as frases que continham menções às questões de política externa. Frases que continham a expressão verbal de mais de uma ideia ou mais de um significado foram desmembradas, de modo que cada uma pudesse ser classificada em apenas uma categoria.

No caso da análise qualitativa, nosso foco foi identificar quais questões estavam presentes, quais estavam ausentes e em que direção os partidos se manifestaram nos programas de governo. Para tanto, classificamos as sentenças coletadas nos manifestos em dois tipos: 1) propostas defendidas pelos partidos e 2) análise conjuntural envolvendo assuntos de política externa. As sentenças de ambos os tipos foram individualmente classificadas nas categorias temáticas que perfazem nosso quadro analítico. Especificamente, as sentenças do primeiro tipo foram ainda divididas entre propostas gerais e propostas específicas e as de segundo tipo foram classificadas quanto à direção de avaliação da conjuntura, isto é, se foi positiva, neutra ou negativa.

A análise categórica dos programas partidários pautou-se pela construção de uma distribuição de frequência dos dados que compõem nossa população, baseada na contagem das frases classificadas em cada categoria temática e em cada tipo de menção, isto é, se foi proposta ou conjuntura. De acordo com Bardin (2002, p.109), “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição”. Uma vez que a métrica dos programas partidários varia consideravelmente, foram calculadas as porcentagens que cada categoria representava em relação ao número total das frases dedicadas à política externa em cada manifesto partidário. Assim, enquanto a primeira parte da análise nos ajudou a perceber a forma como os partidos se posicionaram em termos de direcionamento, a segunda revelou quais assuntos ganharam mais atenção em seus programas de campanha e quais deles foram os mais propositivos.

As categorias em que as sentenças foram classificadas foram definidas através de um modelo misto (Quadro 1), isto é, algumas delas foram definidas antes da exploração do material e outras se formaram no decorrer dela. As que foram definidas *a priori* fazem parte do esquema de classificação do projeto *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR), grupo de pesquisa sediado em Berlim que se dedica a análise de manifestos partidários. Mas na medida em que o conjunto de categorias do domínio relações exteriores deste método é insuficiente para lidar com todas as questões de política externa, bem como para tratar das especificidades da política externa brasileira, algumas categorias foram adaptadas e outras criadas com essa finalidade.

Quadro 1: Categorias de Análise da Política Externa Brasileira

CÓDIGO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO
DNP	Defesa Nacional (positivo)	Refere-se à importância da segurança e defesa externa. Pode incluir declarações relativas a: <ul style="list-style-type: none"> • A necessidade de manter ou aumentar as despesas militares; • A necessidade de garantir efetivos adequados no serviço militar; • A necessidade de modernizar as forças armadas e melhorar a força militar; • Qualificação profissional dos militares; • A necessidade de rearmamento e de autodefesa; • A necessidade de manter as obrigações dos tratados militares.
DNN	Defesa Nacional (negativo)	Referências negativas para os militares ou ao uso da força militar para resolver os conflitos. Pode incluir referências a: <ul style="list-style-type: none"> • Diminuir as despesas militares;

		<ul style="list-style-type: none"> • Desarmamento; • reduzir ou suprimir conscrição para o serviço militar.
DPP	Diplomacia (positivo)	<p>Declaração de crença na paz e nos meios pacíficos para resolução de crises - referência ausente para defesa nacional. Pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A paz como objetivo geral; • Desejabilidade de países que aderiram em negociações com países hostis; • Fim de guerras com o intuito de estabelecer a paz; • Crença no uso da diplomacia como meio para resolução de conflitos; • Aumento do corpo diplomático e de gastos com o mesmo.
DPN	Diplomacia (negativo)	<p>Refere-se à declarações que, embora não neguem a paz ou uso de meios pacíficos para resolução de crises, refira-se a uma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • diminuição do corpo diplomático e se de seus custos ou • diminuição da participação do país nos organismos internacionais como agente pacificador ativo.
AIM	Anti-imperialismo	<p>Referências negativas ao comportamento imperial e / ou referências negativas a um Estado que exerce forte influência (política, militar ou comercial) em relação a outros estados. Também podem incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • referências negativas ao controle de outros países como se fossem parte de um império; • referências negativas ao controle do capital financeiro internacional sobre setores da economia nacional
INS	Inserção Internacional	<p>Referência positiva a um papel maior do Brasil no mundo, tanto político quanto economicamente.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. • Maior participação do Brasil no FMI, no Banco Mundial, dentre outros organismos internacionais. • Difere-se da categoria "internacionalismo positivo" por não mencionar a cooperação internacional. Admite-se nessa categoria apenas a cooperação econômica com organismos em que o Brasil está inserido (Brics, Unasul e Mercosul) e cuja inserção é buscada em conjunto com os outros membros desses organismos.
ITP	Internacionalismo (positivo)	<p>Necessidade de cooperação internacional. Também pode incluir referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuda aos países em desenvolvimento; • Necessidade de planejamento mundial para uso de recursos; • Apoio à governança global; • Necessidade de tribunais internacionais; • Apoio à ONU ou a outras organizações internacionais.
ITN	Internacionalismo (negativo)	<p>Referências negativas à cooperação internacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Menções favoráveis à independência e soberania nacional do Brasil em matéria de política externa; • Isolamento e / ou unilateralismo em oposição ao internacionalismo; redução de auxílio à organizações internacionais • Negar auxílio/não perdoar dívidas de países em desenvolvimento
ECO	Economia	<p>Menções a objetivos e conjunturas econômicas não cobertos pelas demais categorias e/ou que não apresentam orientações ideológicas.</p>
EST	Estatização	<p>Refere-se a manutenção ou ao aumento da participação do setor público na Economia vis a vis à participação estrangeira. Inclui menções ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de monopólio estatal sobre a exploração de determinado recurso natural como petróleo e gás

		<ul style="list-style-type: none"> • Estatização de empresas privadas ou reestatização de empresas públicas que foram privatizadas (com participação de capital estrangeiro) • Crítica à privatização de empresas públicas, passadas a multinacionais.
PRP	Protecionismo (positivo)	Menções favoráveis à manutenção ou ampliação do mercado interno em face da concorrência externa. Pode incluir políticas de subsídio à produção e à exportação.
PRN	Protecionismo (negativo)	Apoio ao livre comércio e mercados abertos com o exterior. Inclui propostas para abolir todos os meios de proteção do mercado interno.
SUS	Sustentabilidade	Refere-se à políticas gerais em favor de proteger o meio ambiente e à luta contra a mudança climática em escala global. Pode incluir: <ul style="list-style-type: none"> • uma grande variação de políticas que têm o objetivo único de proteção ambiental do planeta. • Políticas que se referem ao desejo de expansão ou priorização em investimentos sustentáveis.
DIR	Direitos Individuais	Defesa de direitos individuais e humanos de brasileiros no exterior, bem como de estrangeiros que estejam sofrendo agressões de seus próprios países. Condenação à homofobia, xenofobia, fascismo e racismo praticado por outros países contra seu povo ou outros povos.

Os partidos que mais dedicaram espaço (medido em termos de unidade de registro) à política externa em seus manifestos, em números absolutos, foram PSDB (37), PV (36) e PSC (32). Em seguida vieram PSB (16), PCB (15), PT (13), PCO (10), PSOL (9), PSTU (7), PRTB (4) e PSDC (2). A classificação destas unidades revelou que a maioria dos partidos apresenta mais propostas do que análise conjuntural. As exceções são PCO (apenas 50% das unidades eram propostas) e PSTU (apenas 33,7% de suas unidades eram propostas). O PSC foi o partido que mais apresentou, em termos percentuais, propostas específicas. Por outro lado, o PSTU foi o partido que mais apresentou análises conjunturais (66,7%), as quais caracterizam-se unanimemente por sua abordagem negativa. O PV (16,7%) superou o PT (7,7%) em termos de análise de conjuntura positiva e o PSOL apresentou mais análises conjunturais neutras que os demais partidos. Os dados completos desta análise encontram-se Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação das unidades de registro em proposta ou conjuntural.

	Conjuntura negativa	Conjuntura positiva	Conjuntura neutra	Proposta Geral	Proposta específica
PSDB	-	-	5,4	37,8	56,8
PV	8,3	16,7	2,8	27,8	44,4
PSC	-	-	3,1	12,5	84,4
PSB	-	6,3	6,3	37,5	50
PCB	6,7	-	-	66,7	26,7
PT	-	7,7	-	69,2	23,1
PCO	50	-	-	10	40
PSOL	11,1	-	11,1	11,1	66,7
PSTU	66,7	-	-	-	33,3
PRTB	25	-	-	-	75
PSDC	-	-	-	100	-

No que diz respeito à classificação das unidades em temas de política externa, com exceção da categoria “Protecionismo positivo”, todas as outras apareceram nos manifestos partidários. As categorias “Economia” (7 partidos), “Defesa nacional positivo” (5) e “Anti-imperialismo” (5) apareceram em mais manifestos partidários do que as demais. Na Tabela 2 consta a frequência (em %) de aparição de todas as categorias. Como o nosso objetivo é identificar os posicionamentos dos partidos em questões de política externa em termos de orientações ideológicas e do papel do Brasil no exterior, criamos dois índices a partir das categorias temáticas elencadas no Quadro 1. O primeiro índice dedica-se a posicionar os partidos em uma escala ideológica esquerda-direita na política externa⁶. Consideramos de “direita” as categorias “Protecionismo negativo”, “Internacionalismo negativo” e “Defesa nacional positivo” e, de “esquerda”, “Estatização”, “Internacionalismo positivo”, “Anti-imperialismo” e “Defesa nacional negativo”. O segundo índice dedica-se a posicionar os partidos em relação ao papel do Brasil no mundo a respeito de uma atuação minimalista ou protagonista. Uma atuação minimalista seria tipificada pelas categorias “Anti-imperialismo”, “Internacionalismo negativo”, “Diplomacia negativo” e “Defesa nacional negativo”. De outro modo, uma atuação protagonista seria tipificada pelas categorias “Inserção Internacional”, “Internacionalismo positivo”, “Diplomacia positivo” e “Defesa nacional positivo”. Ambos os índices variam suas pontuações de -100 a 100, os quais representam, respectivamente, os extremos de esquerda e direita no primeiro, e de minimalista e protagonista no segundo. Para chegar ao resultado do posicionamento de cada partido em cada um dos índices somamos as porcentagens de cada categoria pertencente a um domínio, seja ele esquerda, direita, minimalista ou protagonista. Da soma das porcentagens das categorias de direita subtrai-se a soma das porcentagens das categorias de esquerda e da soma das porcentagens das categorias do tipo protagonista subtrai-se a soma das porcentagens das categorias do tipo minimalista.

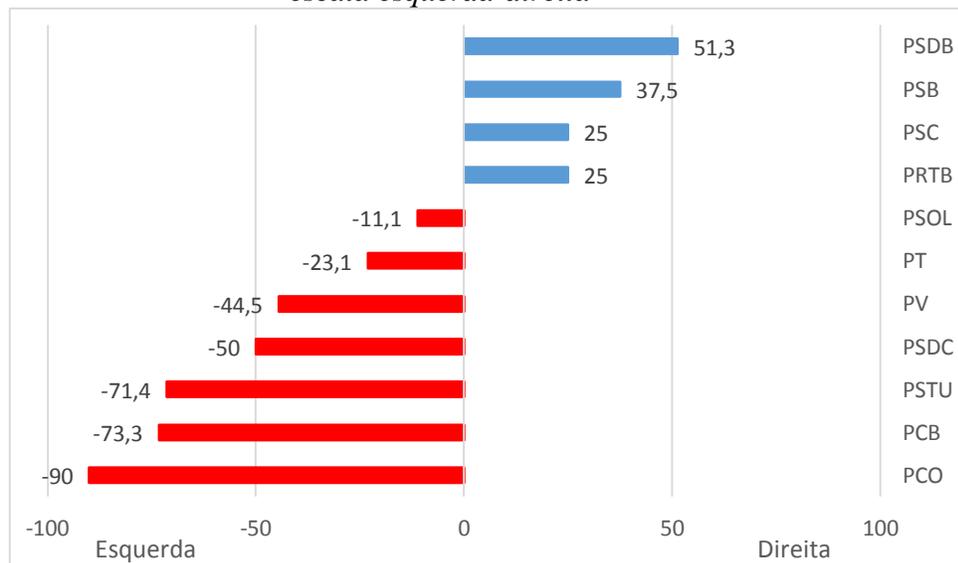
Tabela 2 – Frequência de aparição das categorias temáticas

	DNP	DNN	DPP	DPN	AIM	INS	ITP	ITN	EST	ECO	PRP	PRN	SUS	DIR
PSTU	-	-	-	-	14,3	-	-	-	57,1	28,6	-	-	-	-
PCB	-	6,7	-	-	73,3	-	-	6,7	-	-	-	-	-	13,3
PCO	-	-	-	-	70	-	-	-	20	10	-	-	-	-
PRTB	25	-	-	-	-	75	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	37,5	-	-	-	-	12,5	-	-	-	25	-	-	25	-
PSC	18,8	18,8	6,3	3,1	-	-	-	-	-	3,1	-	25	-	15,6
PSDB	21,6	-	5,4	-	-	16,2	2,7	5,4	-	18,9	-	27	-	2,7
PSDC	-	-	-	-	-	-	50	-	-	50	-	-	-	-
PSOL	-	-	-	-	11,1	-	-	22,2	22,2	44,4	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	61,5	30,8	7,7	-	-	-	-	-	-
PV	13,9	16,7	2,8	-	5,6	-	38,9	-	-	-	-	2,8	16,7	2,8

⁶ Klingemann et al. (2006) consideram, dentro do quadro analítico do Manifesto Project, que a defesa do fortalecimento militar é uma questão de direita, enquanto uma visão negativa do mesmo e defesas do anti-imperialismo, da paz e do internacionalismo seriam questões vinculadas à esquerda. Os autores argumentam que as categorias de esquerda encontram fundamento teórico nos escritos marxistas, que enfatizam a intervenção estatal na economia e o bem-estar social. Já em relação às questões de direita os autores admitem ter dificuldade de definir uma única fonte teórica específica. Apesar disso, afirmam que o encadeamento entre segurança, livre-comércio e moralidade tradicional passou a ser discutido a partir dos escritos e discursos teóricos de Burke (1790) em diante. Salientam também que investigações anteriores ao Projeto Manifesto em documentos dos partidos atestaram a associação destes temas como pertencentes a seus respectivos espectros de esquerda ou de direita.

No que diz respeito à classificação dos partidos na escala esquerda-direita nossos resultados demonstram que a maioria dos partidos que disputaram as eleições presidenciais brasileiras de 2014 se posicionaram à esquerda do espectro ideológico (Gráfico 1). Especificamente, PCO, PCB e PSTU estão à extrema esquerda (-100 à -76), PSDC e PV à esquerda (-75 a -26) e PT e PSOL a centro-esquerda (-25 a -1). A centro-direita se posicionam PRTB e PSC (1 a 25) e a direita PSB e PSDB (26 a 75). Estes resultados têm similaridades com resultados de outros estudos que visam posicionar ideologicamente os partidos brasileiros sem considerar uma temática em particular. Em *survey* aplicado por Tarouco e Madeira (2012), os respondentes posicionaram PCO, PSTU, PSOL e PCB na extrema-esquerda, PT à esquerda, PSB e PV à centro-esquerda, PSDB no centro, e PSC, PSDC e PRTB a centro-direita. Em classificação de Silva et al (2013), PSTU, PSOL e PCO estariam à extrema-esquerda, PT, PSB, PV e PCB à esquerda, PSDB ao centro, PRTB à direita e PSDC e PSC à extrema-direita. Nesse sentido, causa alguma estranheza em nossos resultados o fato de PSB e PSDC estarem em posições distintas do que geralmente são posicionados pelos analistas, o PSDB estar mais à direita do que geralmente é classificado e o PSOL estar mais próximo ao centro do que o PT. Essa tendência, contudo, ficará mais claro quando analisarmos especificamente como os partidos se posicionam em relação ao papel do Brasil no exterior.

Gráfico 1 – Posicionamento dos partidos brasileiros nas eleições de 2014 em política externa na escala esquerda-direita



As categorias de temáticas econômicas são importantes para mensurar o posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita. A este respeito, podemos argumentar que menções ao sistema financeiro internacional e ao comércio exterior do Brasil dividem os partidos entre aqueles favoráveis à maior regulação estatal e menor presença de monopólios estrangeiros na economia e aqueles empenhados em promover uma maior abertura comercial e estimular o livre-comércio. No primeiro grupo encontram-se PCO, PSTU e PSOL. Na avaliação do PCO, a política de privatizações e favorecimento do capital internacional e financeiro impulsionou a demissão em massa de milhões de trabalhadores e um amplo processo de destruição das forças produtivas para abrir caminho para a recuperação do capital imperialista sufocado pela crise de superprodução. O Partido propõe que os bancos e todo o grande capital nacional e estrangeiro seja expropriado, que

a dívida externa e interna não deve ser paga e que ocorra estatização da saúde, da educação e de todos os serviços públicos fundamentais. Para o PSTU, é necessário estatizar todo o sistema financeiro, para “acabar com os juros escorchantes, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais”. O PSTU também defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais, a volta do monopólio estatal e a Petrobras 100% estatal. O PSOL, por sua vez, julga importante defender uma mudança na política de financiamento do BNDES, de modo que não poderiam mais ser concedidos empréstimos para grandes empreiteiras e multinacionais que têm capital próprio ou acesso a empréstimos internacionais e àquelas que usam os recursos públicos para aumentar a concentração e os monopólios. Defende também maior tributação do setor primário, inclusive com impostos específicos sobre a exportação e fim de incentivo público para setores unicamente voltados à exportação de commodities. Estes seriam objeto de rigoroso controle por parte da sociedade, com a reversão do processo de monopolização no campo. Sua análise conjuntural é que ocorre atualmente um processo de desindustrialização, maior dependência tecnológica, crescente vulnerabilidade externa, reprimarização da economia, maior concentração de capital e crescente dominação financeira.

PV, PSDB e PSC estão no segundo grupo e defendem menor intervenção estatal na economia, maior abertura comercial e estímulos ao livre-comércio. Em seu manifesto, o PV afirma ser uma prioridade a aproximação do Brasil, bem como o fechamento de um acordo de livre-comércio do nosso país com a comunidade europeia. Esta mesma proposta é encampada pelo PSDB, que promete também lançar as bases para um acordo preferencial com os Estados Unidos, considerado um mercado tradicionalmente relevante para as exportações de manufaturados brasileiros e reavaliar as prioridades estratégicas do Brasil e atenção ampliada no que tange à China. Em relação ao Mercosul, defende recuperar seus objetivos iniciais e flexibilizar suas regras a fim de poder avançar nas negociações com terceiros países. Nesse ponto, afirma ainda que é preciso priorizar abertura de novos mercados e a integração do Brasil às cadeias produtivas globais para pôr fim ao isolamento comercial do país. Promete também apoiar o investimento externo de empresas brasileiras, reduzir a carga tributária sobre as exportações, simplificar a legislação de comércio exterior desburocratizando aduanas e portos, desenhar uma reforma tributária que confira maior racionalidade à estrutura de proteção e reforçar as instituições de regulação técnica e certificação de produtos, como INPI e INMETRO, para a redução dos prazos para a obtenção de patentes e a isonomia entre produtos importados e os produzidos localmente. São propostas do PSC abolir barreiras comerciais que criam um embargo econômico estatal sobre o povo brasileiro, efetuar uma desburocratização alfandegária para importação e exportação de produtos agropecuários, revitalizar o tratado Mercosul, retirando entraves à livre-negociação do Brasil com outros blocos econômicos, assinar tratados de livre-comércio com todas as nações do mundo que tenham interesse em nossos bens e serviços, manter as reservas internacionais em patamar elevado, reformar o setor bancário com maior abertura de mercado para bancos e grupos estrangeiros, promover a modernização da infraestrutura e da mobilidade urbana, com parcerias público-privadas e plena concorrência para o fim do chamado 'custo Brasil' que hoje impede a competitividade do nosso empresariado no exterior.

Somam-se às categorias econômicas as temáticas da defesa nacional e do internacionalismo para explicar o posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita. Estas duas temáticas junto com diplomacia, inserção e anti-imperialismo constituem também nosso indicador a respeito das posições dos partidos sobre o papel do Brasil no exterior, isto é, se o país deve exercer uma política externa minimalista ou protagonista. Por minimalista entendemos uma política externa alinhada com os países capitalistas centrais, em especial com os Estados Unidos, e caracterizada por uma

participação periférica nas organizações internacionais e, por protagonista, uma política externa alinhada com países economicamente emergentes e destinada a aumentar o poder e a participação do Brasil nas organizações internacionais. Essa discussão pode ser melhor compreendida a partir da caracterização de Ikenberry (2009) sobre a ordem mundial atual, a qual o autor chama de ordem liberal 2.5, marcada por ter os Estados Unidos como uma potência cada vez mais desafiada e sua hegemonia, questionada. Nesse contexto, a comunidade internacional é ainda intimidada pela unipolaridade norte-americana, em ação ainda cautelosa dos países, principalmente emergentes, ao poder dos Estados Unidos. Dessa maneira, o Brasil se beneficiaria de uma política externa dentro de uma possível ordem 3.0, na qual uma diminuição da soberania westfaliana existe, juntamente à ascensão de uma nova ordem mundial. Tal ordem, mais “plana”, se caracteriza por ser uma coalizão de países emergentes que começam a produzir os bens públicos anteriormente fornecidos pelos Estados Unidos. Nessa ordem, de acordo com Ikenberry, muda-se o foco para as organizações internacionais, além da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mais aberto para os novos poderes e não apenas refletindo potências do pós-Segunda Guerra. Mesmo na ausência de tal reforma ou consenso sobre a mesma, organismos regionais e agrupamentos não-universais de países com objetivos semelhantes continuarão a oferecer fontes alternativas de autoridades sobre questões mundiais.

Parte desse cenário é atualmente visível, de acordo com Armijo e Roberts (2010). O Brasil tem trabalhado para contrabalancear o poder norte-americano ao construir novas instituições sul-americanas, ao invés de utilizar as já existentes no sistema internacional. Economicamente, o Brasil ainda exerce o papel de maior país da América do Sul, com seu PIB representando mais da metade da América do Sul. Ademais, os Estados Unidos não mais representam o maior parceiro comercial do Brasil, tendo sido ultrapassado pela China em 2009, embora tal relacionamento não seja recíproco entre os dois países (NEVES, 2013).

Nesse sentido, quais são as possibilidades para a política externa brasileira dentro desse cenário? Para Hurrell (2010), o Brasil tem perdido sua relevância no que toca a entrada de produtos nos outros países sul-americanos para a China, o que compromete o papel do país como *agenda setter* da região. O argumento é expandido por Nadkarni e Noonan (2013) que consideram que o Brasil, junto de países como Índia, Rússia e China se colocam como atores vitais para que assuntos como mudança climática, terrorismo e crises financeiras sejam tratados de maneira a privilegiar diferentes pontos de vistas.

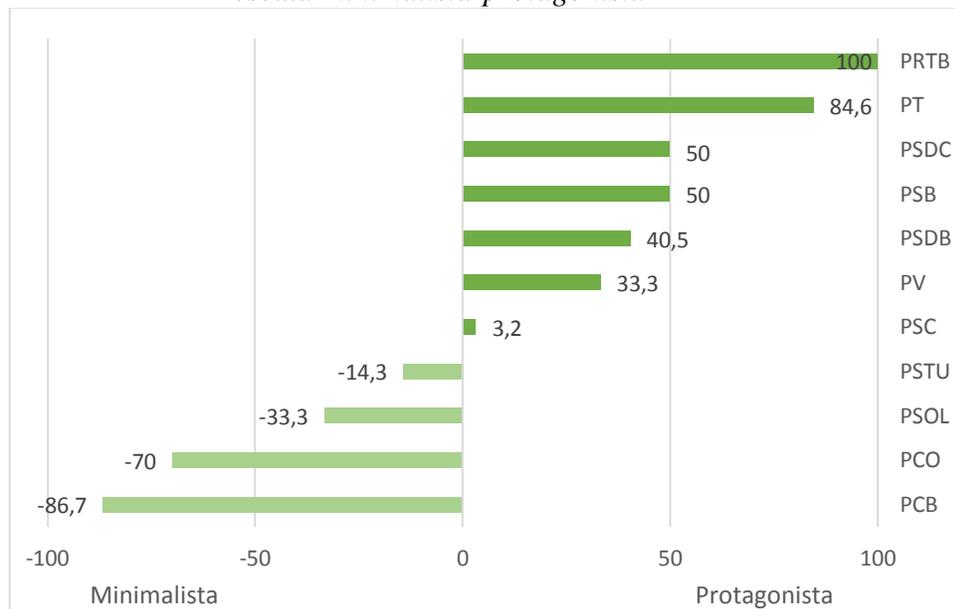
Os países capitalistas centrais, em primeiro lugar o Reino Unido e, em seguida, os Estados Unidos, foram muitas vezes vistos como obstáculos naturais para a realização do desenvolvimento brasileiro e da sua mobilidade ascendente na hierarquia de poder internacional. Em consequência, o governo Fernando Henrique Cardoso tendeu a enfatizar a necessidade do Brasil para acomodar-se ao poder dos EUA e a globalização liberal, daí a disposição do Brasil crescendo a aceitar as normas dominantes do período pós-guerra fria, em tecnologia de mísseis, exportações de armas e proliferação nuclear, por exemplo (HURRELL, 2010).

Pinheiro (2004) defende que o período do governo Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela tentativa de influenciar a ordem internacional através da participação ativa em órgãos internacionais multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e das Nações Unidas (ONU), especialmente em tópicos como meio ambiente e direitos humanos. O período pode ser caracterizado pela ideia de um institucionalismo pragmático, dada a proximidade de organismos internacionais e à busca de soluções de problemas da ação coletiva, traduzida na lógica de ganhos absolutos em âmbito global através da cooperação regional e de ganhos relativos no âmbito regional.

Para Hurrell (2010), as relações com Washington são sempre importantes para o Brasil, e a adesão da administração de Obama, sem dúvida, abriu novas possibilidades. Entretanto, considera improvável que a relação Brasília-Washington se torne o eixo central da política externa brasileira, reforçando a continuidade em vez de mudança, dado que o Brasil vê clara vantagem geopolítica e econômica no desenvolvimento de laços com não-democracias, como a China, e também de seu poder de persuasão diplomática, que depende da alegação de que ele pode agir como interlocutor entre muitos tipos diferentes de Estados e sistemas políticos.

A partir dos dados dos manifestos de campanha presidenciais defendidos pelos partidos nas eleições de 2014, constatamos que quatro partidos defenderam uma postura minimalista do Brasil no exterior (Gráfico 2), no que se destacam PCB (-86,7) e PCO (-70). Dos quatro, três foram classificados como partidos de extrema-esquerda e um como partido de centro-esquerda na escala que apresentamos anteriormente. O PSC apresentou posições ambíguas que o aproximaram do centro da escala. Ademais, os seis partidos restantes defenderam uma postura protagonista, destacando-se PRTB (100) e PT (84,6). Há nesse grupo partidos que classificamos como de esquerda, centro-esquerda, centro-direita e direita, o que demonstra que essa visão não está associada a um determinado recorte ideológico.

Gráfico 2 – Posicionamento dos partidos brasileiros nas eleições de 2014 em política externa na escala minimalista-protagonista



Apenas quatro partidos defenderam tanto posições de caráter minimalista quanto de caráter protagonista, são eles: PT, PSC, PSDB e PV. Os outros sete ou só defenderam posições minimalistas (PCB, PCO, PSOL e PSTU) ou só protagonistas (PRTB, PSB e PSDC). Entre os partidos que só defenderam uma postura minimalista do Brasil, o PCB propunha, caso fosse eleito, retirar imediatamente as tropas brasileiras do Haiti, visando “acabar com a vergonhosa ocupação desse país irmão”. Ao sustentar também uma visão anti-imperialista, o PCB avaliou que a crise mundial do capitalismo faz com que se acirrem as contradições interimperialistas e a escalada militar das grandes potências contra os países periféricos, para a conquista de riquezas naturais não renováveis e de posições estratégicas, no âmbito da luta pela hegemonia mundial. Segundo o manifesto do partido, o Brasil, por sua importância e pelo respeito que cativa junto aos povos, pode

jogar um papel decisivo na luta anti-imperialista e pelo socialismo, se empenhando na criação de um polo de nações e povos, começando pela América Latina, que lutam contra o imperialismo e por sociedades justas e solidárias, complementares e pacíficas em todas as esferas, num movimento que se contraponha à ONU, dentro e fora dela. Desse modo, o partido entende como prioritárias a luta pela desativação da IV Frota e das bases militares na Colômbia e em diversos outros países e a defesa solidária de toda a região contra o advento de golpes como os que derrubaram governos progressistas em Honduras e no Paraguai. Promete também promover um Encontro Latino-Americano contra o Imperialismo, propondo uma pauta que inclua a defesa do governo bolivariano na Venezuela, o respaldo a uma solução política para o conflito colombiano, o fim do Bloqueio a Cuba e a libertação dos 5 Heróis, a retomada das Ilhas Malvinas pela Argentina e um movimento continental pelo não pagamento das dívidas externas. Ademais, o PCB propõe estimular uma luta continental contra “a mafiosa Sociedade Interamericana de Imprensa”, em defesa da imprensa popular e independente, pela democratização e controle social da mídia, ao mesmo tempo em que enfrenta junto à América Latina a espionagem americana no continente. Também é lembrada que a conduta do Brasil deve ser destacada pela sua solidariedade ao direito de o povo palestino viver em paz em seu território pátrio e à soberania aos países atualmente agredidos, como Líbia, Síria, Iraque, Afeganistão, entre outros.

A economia está no centro do discurso anti-imperialista do PSTU, PSOL e PCO. Para o PSTU, o mecanismo da dívida é um dos principais instrumentos de submissão do país ao capital financeiro internacional. O PSOL, por seu turno, promete não conceder autonomia do Banco Central, para evitar que o mesmo se transforme num instrumento da retomada da soberania nacional frente ao imperialismo. Na leitura do PCO, a ofensiva do imperialismo no Brasil promoveu um retrocesso histórico nas já precárias condições de vida da imensa maioria da população. O esgotamento desta política imperialista, pontua o partido, “levou à falência dos governos neoliberais, diante da profunda revolta das massas contra a quadrilha tucana que comandou em nosso País toda esta operação de lesa pátria e de ataques sem precedentes às condições de vida do povo trabalhador”. Nesse sentido, o PCO propõe o “cancelamento de todos os acordos políticos, econômicos e diplomáticos ditados pelo imperialismo” e condena a internacionalização da Amazônia e a partilha do território nacional pelo imperialismo.

No que diz respeito a defesa da temática negativa do internacionalismo, o programa do PSOL se diz taxativo na defesa da soberania nacional e, portanto, do controle público das áreas estratégicas, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvimento de qualquer país, por entender que há um potencial conflito de interesses geopolíticos inerente a uma gigantesca reserva petrolífera como a do Brasil. Já o PCB é enfático ao argumentar que abandonaria, nos planos econômico, político e diplomático, a estratégia principal do estado brasileiro de expansão do seu capitalismo no exterior, avaliando isso como uma “obsessão de se tornar uma grande potência no campo imperialista, representada no fetiche de, a qualquer preço, conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU”.

Em contraposição aos defensores de uma conduta minimalista, O PRTB propôs, no campo da defesa nacional, que o Brasil tivesse suas forças dissuasórias altamente reequipadas, ampliadas e prontas para atuar em terra, no ar e no mar, inclusive capacitadas atômicamente. Em consonância com esta visão, o PSB argumentou que o país necessita de uma política de defesa nacional vigorosa, que inclua o desenvolvimento de uma base industrial de defesa, o implemento de ações que fortaleçam setores como o espacial, naval, comunicações estratégicas, ciberdefesa, radares, defesa aérea e aviação avançada. Ademais, propôs a criação de articulações com o setor privado, para que o mesmo se interesse por investir em produtos e processos de interesse da defesa nacional; criar, fortalecer e articular centros de pesquisa que apoiem tecnologicamente a política nacional de defesa

e valorizar os profissionais das forças armadas, tanto em termos de remuneração, quanto de investimentos em formação para o exercício das funções de defesa. Quanto a defesa de uma maior inserção internacional do país, o PRTB manifesta a pretensão de consolidar o Brasil potência como um projeto estratégico que envolve um Estado brasileiro forte interna e externamente, que esteja cada vez mais presente nos organismos internacionais e no campo comercial e tecnológico, desejando respeitar e ser respeitado por todos. O PSB, por sua vez, menciona em seu programa de governo que o Brasil tende a ter maior importância no cenário internacional em função de sua extensão e biodiversidade e das reservas de recursos naturais que controla. Desse modo, propõe criar uma política de inovação tecnológica, que articule os esforços do governo federal na construção de uma estratégia de desenvolvimento para fortalecer a inserção da economia brasileira no cenário internacional. Finalmente, o PSDC sustentou uma visão positiva de internacionalismo, destacando que o Brasil deve objetivar uma ordem social mundial baseada nos princípios da solidariedade, da justiça e da liberdade.

Apesar de sustentar posições dispostas nas duas visões sobre o papel do Brasil no exterior, o PT dedica maior atenção em seu programa de governo à inserção internacional do Brasil. No texto, manifesta a prioridade à América Latina com o intuito de fortalecer o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC, sem discriminação de ordem ideológica. O partido argumenta que a integração da região buscada pelo Brasil deve ser feita por meio de fomento do comércio e da integração produtiva, dando ênfase especial na integração financeira e de suas infraestruturas física e energética. Avalia ainda que as transformações econômicas, sociais e políticas dos últimos anos em nosso continente habilitam a região para vir a ser um importante ator no mundo multipolar que hoje se está desenhando. Também é manifestada a intenção de dar ênfase às relações do Brasil com a África, com os países asiáticos, especialmente a China e com o mundo árabe. Sustenta, por fim, que a prioridade que o país confere a uma visão multilateral do mundo nos conduz e conduzirá a lutar pela reforma dos principais organismos internacionais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, entre outros, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global. Nesse sentido, o PT enfatiza que a política externa tem sido e continuará sendo mais do que um instrumento de projeção do Brasil no mundo, isto é, trata-se de um elemento fundamental de nosso projeto de nação. No que diz respeito a defesa do internacionalismo, o PT destaca a importância que o Brasil dá aos países do sul do mundo, cuja expressão concreta são os BRICS, mas sem desconsiderar as relações do Brasil com os países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e a União Europeia. Ademais, o partido assegura que a presença do Brasil no mundo será marcada “pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela luta pela paz e pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio-ambiente e pelo multilateralismo”. Sua visão negativa de internacionalismo não contradiz a visão positiva manifestada. Ela está relacionada especificamente a intenção de querer construir mecanismos que protejam todas as formas de comunicação – a internet, em particular – assegurando a privacidade da cidadania, das empresas e dos Governos.

O PSDB, por sua vez, defende um conjunto de medidas para reforçar a defesa nacional. Em seu programa enfatiza que a defesa das fronteiras e das plataformas de produção e de perfuração em nosso mar territorial deve merecer um tratamento de segurança nacional. Propõe também a modernização da defesa nacional, da gestão administrativa das Forças Armadas e da base industrial de defesa. Ademais, defende a atualização da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa. Por fim, salienta a necessidade de haver uma ampliação da coordenação entre o Ministério da Defesa, o Itamaraty e os órgãos de planejamento e gestão do governo federal em todas as dimensões de segurança. Sobre a diplomacia, O PSDB defendeu uma

revalorização do Itamaraty na formulação de nossa política externa, subsidiando as decisões presidenciais. Propuseram também garantir o contínuo aprimoramento de seus quadros e a modernização da sua gestão. A respeito da inserção internacional do país, o partido foca o comércio como principal elemento da mesma. Assim, avalia que o grande desafio que a nova política de comércio exterior enfrentará será o de promover uma crescente integração do Brasil no comércio internacional, visando reduzir o hiato tecnológico da nossa indústria e abrir caminho para uma estratégia de modernização, compatível com a dinâmica do sistema econômico internacional. Nesse sentido, propõe um exame da compatibilização com a legislação nacional das regras, normas e regulamentos técnicos que passaram a fazer parte dos novos acordos de preferências comerciais, afim de permitir a participação dos produtos nacionais em cadeias globais de valor. Além disso, julga a necessidade de realizar uma reavaliação das prioridades estratégicas à luz das transformações do cenário internacional no século XXI, merecendo atenção especial a Ásia, em função de seu peso crescente, os EUA e outros países desenvolvidos, pelo acesso à inovação e tecnologia. Propõe também uma ampliação e diversificação da relação com os países em desenvolvimento e reexame das políticas seguidas no tocante à integração regional. Em relação ao internacionalismo, o partido defende ambas visões positiva e negativa. Isto é, o partido argumenta que o Brasil deverá nas organizações internacionais ampliar e dinamizar sua ação diplomática nos temas globais, como mudança de clima, sustentabilidade, energia, democracia, direitos humanos, comércio exterior, terrorismo, guerra cibernética, controle da internet, e nas questões de paz e segurança, inclusive nas discussões sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Contudo, afirma que sua proposta de política externa para o Brasil levará em conta as transformações mundiais e regionais do século XXI, tendo por objetivo restabelecer o seu tradicional caráter de política de Estado, visando o interesse nacional e sendo conduzida com base nos princípios da moderação e da independência.

Assim como PT e PSDB, o PV manifestou mais posições de caráter protagonista do que minimalista. Em uma avaliação positiva do internacionalismo, o PV argumentou que o atual ciclo de globalização impulsionado pela expansão dos meios de comunicação e transportes, se bem administrado por uma governança global (a qual não elimina a iniciativa local), poderia trazer benefícios para todo planeta em um ambiente de democracia, cultura de paz e respeito aos direitos humanos. Para superar a desigualdade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos o documento sugere que precisamos de uma evolução amadurecida passo a passo por políticas públicas internacionais em direção a uma Federação Democrática de Nações, que teria o Brasil na vanguarda de sua construção e cujos ensinamentos seriam tirados das experiências da ONU e da Comunidade Europeia. Apesar de suas limitações e contradições, o PV declarou apoiar a ONU como organização global para gerenciar conflitos e manter a paz, uma vez que ela tem dado mostra de capacidade histórica e inédita de gerar pautas progressivas para políticas públicas. Ainda assim, percebe como necessária uma democratização das instâncias decisórias da ONU, inclusive conselho de segurança. No mesmo sentido, argumentou que a Comunidade Europeia vem mostrando capacidade de caminhar para uma convivência com diversidade e progredir na convergência de padrões de bem-estar entre os países reunidos no seu território. O programa salienta também que cada nação, e mais ainda o Brasil pelo seu peso crescente no cenário internacional, deve fazer o trabalho de desenvolvimento sustentável e superação da miséria no seu território, tendo a consciência de que não há uma salvação isolada de um país. Por mais poderoso que seja, isto é atualmente um delírio nacionalista e até reacionário, argumenta. Na temática da diplomacia, o PV sustentou que a cultura da paz e o desenvolvimento sustentável seriam os dois principais campos de atuação de sua proposta de política externa. Em uma avaliação anti-imperialista, argumentou que no atual ciclo de globalização o poder dos mais fortes estaria se

sobrepondo a uma possível vontade das maiorias que poderiam se expressar por uma democracia ampliada mundialmente. Assim, os mais fortes estariam se aproveitando da falta de regras mundiais que exerçam uma ação moderadora sobre seus apetites selvagens.

A respeito da temática da Defesa Nacional, o PV sustenta posições negativas e positivas. Sendo assim, propôs que as forças armadas fossem caracterizadas apenas como uma força de autodefesa, renunciando ao recurso da iniciativa de agressão a outro país. Propôs também a redução de gastos com o orçamento militar, suspendendo a compras de aviões militares e o investimento em equipamentos como o submarino nuclear, além de sugerirem o banimento de armas atômicas. Ademais, salientou a necessidade de abolir o serviço militar obrigatório e reduzir o contingente atual nas regiões sul e sudeste. Por outro lado, o programa do PV salientou que as forças de autodefesa deveriam ser profissionais do comando ao soldado e que a formação militar de nossos oficiais deveria incluir elementos de engenharia e ciências naturais. Defendeu ainda reforço no nosso contingente nas fronteiras do Oeste e do Norte, bem como sugeriu ser uma função das nossas forças armadas o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura na Amazônia e no Nordeste. Por fim, propôs uma presença contínua de nossas forças para proteção dos recursos ambientais do nosso mar.

Por fim, o PSC defendeu quase que em proporção semelhante posições minimalistas e protagonistas. Em relação à Defesa Nacional, o partido foi enfático ao afirmar por quatro vezes que o Brasil não deveria promover, apoiar ou participar de qualquer tipo de invasão ou ocupação de países que não tenham agredido a nossa soberania. Além disso, propôs a manutenção do acordo de não-proliferação de armas nucleares e a promoção de valores tais como moral, dignidade e senso de justiça entre os militares. Por outro lado, defendeu que as Forças Armadas e a Polícia Federal deveriam receber investimentos maciços para evitar o tráfico de armas e drogas para o país. Para isso, entenderam que os recursos humanos destas instituições precisam ser valorizados, com aumento salarial e reequipamento. Cogitaram também investimento em tecnologia nuclear apenas para uso pacífico. Sobre a temática da diplomacia, apesar de destacar que a mesma junto com a paz são vocações naturais do Brasil, o PSC defendeu a redução do corpo diplomático brasileiro. A respeito do internacionalismo, o partido só focou sua visão negativa, defendendo um papel menor para o Brasil no cenário internacional. Assim, teve como propostas reduzir o auxílio financeiro a organizações internacionais e não perdoar dívidas de governos estrangeiros com o governo brasileiro, por ser forma de subsídio indireto.

As categorias Economia, Direitos individuais e Sustentabilidade embora não nos ajude a posicionar os partidos nas escalas esquerda-direita e minimalista-protagonista são importantes na medida em que demonstram a ênfase dos diferentes partidos na defesa desses temas. Segundo o programa do PSB, para que o Brasil possa materializar suas potencialidades econômicas e consolidar o processo de desenvolvimento, é imperioso investir pesadamente em infraestrutura e logística, visando propiciar maior competitividade internacional, absorção de novas demandas geradas pelo crescimento econômico, menores custos, garantia de qualidade dos serviços logísticos, portuários e marítimos e menores impactos sobre o meio ambiente. Propõe também que sejam fomentados programas de divulgação interna e externa de destinos turísticos e valorização da atividade agropecuária tendo em vista seu papel como grande fornecedora de insumos energéticos e de alimentos para o mercado interno e externo. Já o PSDC, de modo mais abrangente, trata a política externa como um instrumento de desenvolvimento nacional, que deve incluir o Brasil nas rotas mundiais do sucesso socioeconômico.

Entre os onze partidos que disputavam a Presidência da República apenas PV e PSB apresentaram propostas voltadas à sustentabilidade. O PV não descarta a necessidade do chamado “crescimento zero” em algumas regiões do mundo ou redução no padrão de consumo de setores de

classes privilegiadas, quando este nível de consumo for realmente insustentável e fator de opressão social e ambiental. A crise climática e da biodiversidade são apontadas pelo partido como os desafios mais importantes para a humanidade no século XXI, o que exigiria políticas públicas pensadas a partir deste ponto de vista. O partido propõe que haja um comprometimento com metas de redução não voluntárias de emissões de gases efeito estufa proporcionais às responsabilidades históricas e atuais e afirma ter um compromisso com o desenvolvimento sustentável do continente africano. O PSB, por sua vez, elencou um conjunto de medidas em prol da sustentabilidade. Sendo assim, o partido propõe articular as universidades, agências de fomento à ciência e tecnologia e centros de pesquisa públicos e privados para aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de equipamentos de geração de energia a partir de fontes renováveis, e inserir o país nos circuitos mais dinâmicos de inovação na economia mundial. Isso se justificaria porque a sustentabilidade dos produtos brasileiros “deve ser um grande diferencial de competitividade no comércio internacional”. Ademais o partido se compromete a aprofundar os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima, para atingir as metas de redução de carbono a que o Brasil se comprometeu junto à Convenção Internacional.

A defesa aos direitos individuais e humanos também foi manifestada no cenário internacional nos programas de governo de PCB, PV, PSDB e PSC. Caso eleito, o PCB prometeu empreender uma luta intransigente contra o fascismo, o chauvinismo, a xenofobia, o machismo, o fundamentalismo e todos os tipos de preconceito. PV e PSDB enfatizaram a defesa dos direitos humanos na política internacional. Já o PSC manifestou se opor à assinatura de qualquer tratado que possibilite a violação dos direitos individuais de brasileiros, bem como denunciar qualquer tratado do gênero em vigor. Prometeu também condenar oficialmente toda violação dos direitos humanos praticados por governos estrangeiros, tanto contra cidadãos brasileiros quanto contra seus próprios cidadãos. No caso de cidadãos brasileiros que estejam sofrendo ataques a seus direitos fundamentais no exterior prometeu auxiliá-los com absoluta prioridade na vida diplomática. Finalmente, prometeu não restringir, salvo em caso de investigação criminal, a saída de brasileiros para o exterior e efetuar ações que garantisse migrações responsáveis.

CONCLUSÕES

Analisar política externa não é uma tarefa que pode ser unificada em uma teoria ou nível. Esse artigo representa um recorte do que pode ser entendida a mesma, focando na investigação de como os partidos políticos, através de seus manifestos de campanha, entendem do que deve ser o futuro do país no cenário internacional, seja no envolvimento regional, no relacionamento com outras potências ou qual a inserção do Brasil no âmbito da política internacional. Vimos que os partidos políticos têm incentivos para apresentarem projetos divergentes no que tange proposições políticas, o que pode garantir uma maior atenção do eleitor a eles (BUDGE; FARLIE, 1982). É importante frisar que durante as eleições, os partidos políticos podem ressaltar certas características de seu programa para garantir votos (PETROCIK, 1996).

Através da análise de conteúdo dos manifestos de campanha dos partidos que disputaram as eleições presidenciais brasileiras de 2014, demonstrou-se que a política externa é um tema presente na agenda de todos os partidos, embora com ênfases diferentes. Vimos que nove dos onze partidos foram mais propositivos em seus programas do que analíticos em relação a conjuntura internacional, sendo o PSC o partido que percentualmente mais apresentou propostas específicas e o PSTU o partido que mais realizou análises conjunturais. As temáticas mais discutidas pelos partidos foram Economia, Defesa Nacional (positivo) e Anti-imperialismo, respectivamente. No que se refere ao posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita percebemos que há muita

similaridade entre nossos resultados e a forma como os partidos são geralmente classificados pela literatura quando esta analisa suas políticas em geral, o que sugere haver uma ligação entre o que os partidos defendem na política interna e na política externa. Em relação a escala minimalista-protagonista, vimos que os partidos geralmente classificados como pertencentes a extrema-esquerda foram os únicos a se posicionarem na direção de uma política externa minimalista. Já os partidos que defenderam uma política externa protagonista se localizam ao longo de quase todo o espectro ideológico. PCB, PV, PT e PSDB foram mais específicos quanto ao que entendem sobre o papel do Brasil nas organizações internacionais e nas parcerias estratégicas. Em relação ao primeiro aspecto, PCB e PV sugerem a criação de uma nova organização internacional de nações em um processo liderado pelo Brasil. Apesar disso, enquanto o PCB entende que essa organização deveria se contrapor à ONU, dentro e fora dela, o PV argumenta que os ensinamentos das experiências da ONU e da Comunidade Europeia serviriam de exemplo a essa nova organização. Contudo, o PV ressalva que percebe como necessária uma democratização das instâncias decisórias da ONU, inclusive do seu Conselho de Segurança. PSDB e PT também defendem a democratização dessa instituição. Ademais, o PT, particularmente, vê como necessária uma reforma no FMI e no Banco Mundial para refletir a atual correlação de forças global.

Quanto às parceiras estratégicas do Brasil no exterior, PCB e PT enfatizam a prioridade das relações do país com a América Latina. Nesse sentido, o PCB debruça-se sobre a luta contra o imperialismo na região e sugere a retirada das tropas do Brasil no Haiti, desativação da IV Frota e a retirada de bases militares na Colômbia. Já o PT, por sua vez, propõe o fortalecimento do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC. O envolvimento regional do país é fundamental para a construção de uma política externa mais forte, o que poderia permitir a visão do Brasil como líder dentro do continente (NEVES, 2013). Além da América Latina o PT valoriza as parcerias do Brasil com os países que formam o BRICS e com a África, Ásia e Mundo Árabe. Por fim, o manifesto do partido afirma não desconsiderar as relações do Brasil com Estados Unidos, Japão e União Europeia, embora estes tenham recebido menor atenção. Em direção contrária, o PSDB vê como necessária uma reavaliação das prioridades estratégicas do Brasil, na qual mereceria atenção especial a Ásia, os Estados Unidos e países desenvolvidos. Propõe também uma ampliação e diversificação da relação do Brasil com os países em desenvolvimento e um reexame das políticas seguidas no tocante à integração regional. Desse modo, apesar de tanto o PT quanto o PSDB enfatizarem em seus manifestos uma atuação protagonista para o Brasil no exterior, os partidos diferem quanto aos países com os quais o país deve estabelecer acordos e parcerias estratégicas.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, J. 2011. *Why Parties? A Second Look*. Chicago, the University of Chicago Press.
- ALDRICH, J; GELPI, C.; FEAVER, P.; REIFLER, J.; SHARP, K. 2006. “Foreign Policy and the Electoral Connection” In: *Annual Review of Political Science*, 9, p. 477–502.
- ALMEIDA, P. R. 1986. Partidos Políticos e Política Externa. *Revista de Informação Legislativa*, (91), 173-216.
- ALMEIDA, P. R. 2006. A política externa nas campanhas presidenciais. *Revista Espaço Acadêmico*, 62. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/062/62almeida.htm>
- ARMIJO, L.; BURGESS, S. 2010. Brazil, the Democratic and Entrepreneurial BRIC. In: *Special issue on the BRICS*, edited by Cynthia A. Roberts. *Polity*, 42:1, January, pp. 14-37.
- BARDIN, L. 2002. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

- BUDGE, I. 1982. "Electoral volatility: Issue effects and basic change in 23 post-war democracies". In: *Electoral Studies* 1(2): 147–168.
- BUDGE, I. et al. (eds) 2001. *Mapping policy preferences*. Oxford: Oxford University Press.
- BUDGE, I.; FARLIE, D. 1983. *Explaining and predicting elections*. London: George Allen & Unwin.
- BURKE, E. 1790. *Reflections on the Revolution in France*. Londres: James Dodsley, Pall Mall.
- CANES-WRONE, B. 2001. The President's Legislative Influence from Public Appeals. *American Journal of Political Science*, Vol. 45, No. 2.
- CHIZZOTTI, A. 2006. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, Vozes.
- DINIZ, S. *Atos internacionais e Atuação do Legislativo* In: Teoria e Pesquisa, 18 (1): 27-59, 2009.
- ELDERSVELD, S. 1982. *Political Parties in American Society*. New York, Basic Books.
- HAGAN, J. 1993. *Political Opposition and Foreign Policy in Comparative Perspective*. Boulder: Lynne Rienner.
- HAGAN, J. 1995. *Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy* In: Laura Neack, Jeanne Hey, and Patrick Haney, eds., *Foreign Policy Analysis: continuity and Change in its Second Generation*, pp. 117-138.
- HOLSTI, O.R. 1992. Public opinion and foreign policy: challenges to the Almond-Lippmann consensus In: *Int. Stud. Q.* 36:439-66
- HURRELL, A. 2010. Brazil and the New Global Order. *Current History*, v. 109, n. 724, p. 60-68.
- IKENBERRY, J. 2009. Liberal Internationalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order. *Perspectives on Politics*, 7:1.
- KEOHANE, R.; MILNER, H. 1996. *Internationalization and Domestic Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KLEISTRA, Y.; MAYER, I. 2001. *Stability and Flux in Foreign Affairs: Modelling Policy and Organizational Change* In: *Cooperation and Conflict* 36: 381-414
- KLINGEMANN, H. D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. 2006. *Mapping Policy Preferences II*. Estimates for Parties, Electors, and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003. Oxford: Oxford University Press.
- LIMA, M.; SANTOS, F. 2001. O congresso e a política exterior. *Revista Lua Nova*, 52: 121-150.
- LIPSET, S. 1993. Reflections on Capitalism, Socialism and Democracy In: *Journal of Democracy*, v. 4, nº2.
- LOWI, T. *American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory* In: *World Politics* 16:677-715, 1964.
- MARPOR. *Manifesto Project Database*. Disponível em: <https://manifestoproject.wzb.eu/>
- MARTIN, L. 2000. *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation*. Princeton: Princeton University Press.
- MERLE, M. Partis politiques et politique étrangère en régime pluraliste. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Vol. XXX, no. 1, 1978.
- MILNER, H. 1997. *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*. New Jersey: Princeton University Press.
- MINGST, K. 1995. "Uncovering the missing links: linkage actors and their strategies in foreign policy analysis", In: Laura Neack et al. (eds), *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- NARKARNI, V; NOONAN, N. 2013. Conclusion. In: Nadkarni, Vidya and Norma C. Noonan, eds. *Emerging Powers in a Comparative Perspective: The Political and Economic Rise of BRIC Countries*. New York: Bloomsbury.

- NEVES, J. 2013. Brazil as an Emerging Power in the Twenty-First Century. In: Nadkarni, Vidya and Norma C. Noonan, eds. *Emerging Powers in a Comparative Perspective: The Political and Economic Rise of BRIC Countries*. New York: Bloomsbury.
- ONUJI, J.; RIBEIRO, P.; OLIVEIRA, A. 2009. Political Parties, Foreign Policy and Ideology: Argentina and Chile in Comparative Perspective In: *Brazilian Political Science Review*, Vol 3, N. 2.
- OLIVEIRA, A. J.; ONUJI, J. 2010. Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil. *Revista Política Hoje*, v.19, n.1, p.144-185.
- PETROCIK, J. 1996. "Issue ownership in presidential elections, with a 1980 case study". In: *American Journal of Political Science* 40(3): 825–850.
- PCB. 2014. Construindo o Poder Popular, por um Brasil Socialista. In: TSE. DivulgaCand.
- PCO. 2014. Programa do PCO para as Eleições 2014. In: TSE. DivulgaCand.
- PIERSON, P. 2004. *Politics in Time: history, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press.
- PINHEIRO, L. 2004. *Política externa brasileira 1889 – 2002*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- PRTB. 2014. Programa de Governo do PRTB – Candidato a president Levy Fidelix: Decálogo do Brasil pra frente. In: TSE. DivulgaCand.
- PSB. 2014. Programa de governo: compromisso e coragem para mudar o Brasil. In: TSE. DivulgaCand.
- PSC. 2014. Plano de Governo PSC, Brasil, Eleições 2014, Pastor Everaldo para Presidente da República. In: TSE. DivulgaCand.
- PSDB. 2014. Diretrizes gerais: plano de governo, Aécio Neves - PSDB 2014. In: TSE. DivulgaCand.
- PSDC. 2014. Do Brasil que temos para o Brasil que queremos e podemos: diretrizes gerais de governo. In: TSE. DivulgaCand.
- PSOL. 2014. Diretrizes Gerais para Programa de Governo nas Eleições de 2014. In: TSE. DivulgaCand.
- PSTU. 2014. Programa de Zé Maria a presidência da República: 16 propostas para construir um Brasil para os trabalhadores. In: TSE. DivulgaCand.
- PT. 2014. Mais mudanças, mais futuro. In: TSE. DivulgaCand.
- PUTNAM, R. 1988. *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games* In: *International Organization*, vol. 42, nº3.
- PV. Viver bem, viver verde: Programa de Governo. In: TSE. DivulgaCand.
- RISE-KAPPEN, T. 1991. *Public Opinion, Domestic Structure, and Foreign Policy in Liberal Democracies* In: *World Politics*, Vol. 43, No. 4, pp. 479-512.
- ROBERTSON, D. 1976. *A theory of party competition*. London: Wiley.
- ROGOWSKI, R. *Institutions as Constraints on Strategic Choice* In: Lake and Powell, eds. *Strategic Choice and International Relations*, pp. 115-136, 1999.
- SILVA, D; NASCIMENTO, W. S; PARANHOS, R; ALVES, E. T; ALVES, S; OLIVEIRA, M. A. T. 2013. Downs vence mais uma vez? Posicionamento ideológico-partidário nas eleições 2012. *Revista Política Hoje*, vol. 22, n. 1, p. 206-249.
- TAROUCO, G; MADEIRA, R. 2012. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. In: CISO – Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, 15, Teresina.
- THELEN, K. 1999. *Historical Institutionalism in Comparative Politics* In: *Annual Review of Political Science*, v. 2, p. 369-404.

WINSLETT, G. 2012. "Party Competition as a Driver of Foreign Policy: Explaining Changes in the British Labour Party's Immigration Policies And The Turkish AKP's Approach To Cyprus" In: *The Josef Korbels Journal of Advanced International Studies*, Volume 4.